

Cadernos de estágio

Educação e comunidade: um relato de experiência de Estágio Supervisionado em História no Ensino Fundamental anos finais

*Tonia Maria Oliveira da Silva*¹
Rosimara Silva Gomes

Informações

1 oliveiradasilvatoniamarca@gmail.com

Como citar este texto

SILVA, Tonia Maria Oliveira da; GOMES, Rosimara Silva. Educação e comunidade: um relato de experiência de Estágio Supervisionado em História no Ensino Fundamental anos finais. Cadernos de Estágio v. 8, n. 1, 2026. DOI: [10.21680/2763-6488.2026v8n1ID43026](https://doi.org/10.21680/2763-6488.2026v8n1ID43026).



O Estágio Supervisionado é uma oportunidade fundamental para os graduandos aplicarem na prática os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Esse contato direto com a Educação Básica é essencial para a formação profissional, permitindo o desenvolvimento de habilidades investigativas e pesquisadoras, cruciais para a adaptação de práticas pedagógicas. Além disso, o estágio possibilita que os futuros educadores experimentem diferentes contextos de aprendizagem, compreendendo a diversidade de realidades que os alunos enfrentam. Essa vivência prática enriquece a formação teórica e ajuda a desenvolver uma postura reflexiva e crítica em relação ao ensino. Ao interagir com alunos, professores e a comunidade escolar, o graduando observa a dinâmica da sala de aula, as metodologias utilizadas e as necessidades específicas dos estudantes, facilitando a construção de um ensino mais inclusivo e eficaz.

Além disso, o estágio de observação e regência oferece uma experiência única para lidar com situações reais da escola, que vão além dos conteúdos teóricos, preparando o futuro professor para os desafios da profissão. “Os estágios de observação devem proporcionar aos futuros professores uma visão crítica sobre os problemas de ensino e aprendizagem, oferecendo dados significativos do cotidiano escolar” (Carvalho, 2012, p.11).

O Estágio Supervisionado promove a formação de uma identidade profissio-

nal sólida, permitindo que os educadores identifiquem suas vocações e áreas de interesse. Essa experiência prática é essencial para o desenvolvimento de competências pedagógicas e habilidades socioemocionais, como empatia, comunicação e trabalho em equipe. Diante disso, o estágio supervisionado serve como um espaço para inovação, onde os graduandos podem experimentar novas abordagens e recursos didáticos, contribuindo para a renovação do ensino. Ao refletir sobre suas práticas, eles aprimoram suas metodologias e impactam positivamente a aprendizagem dos alunos.

Este relato de experiência é resultado das atividades desenvolvidas no componente curricular Estágio Supervisionado em História. O Estágio Supervisionado em História visa proporcionar aos graduandos a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso, desenvolvendo habilidades essenciais para a docência, como observação, planejamento e prática docente. Sob a orientação de professores experientes, os estagiários planejam e aplicam atividades em sala de aula, avaliando os resultados e refletindo sobre as práticas docentes. Essa experiência prática foi fundamental para nós, graduandos do curso de Licenciatura, com o intuito de nos preparar para os desafios do ensino de história em sala de aula e alinhando-se com os objetivos do curso de formar profissionais capacitados e comprometidos com uma educação de qualidade.

O Estágio Supervisionado em História constitui um momento essencial na formação docente, pois possibilita a articulação entre teoria e prática pedagógica. Nesse contexto, Azevedo (2013) contribui ao discutir princípios e procedimentos teórico-metodológicos fundamentais para o planejamento do ensino, enquanto Barca (2004) destaca a aula-oficina como uma estratégia que favorece a participação ativa e a construção do conhecimento pelos estudantes. As Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil/MEC, 2013) orientam para a valorização da diversidade cultural nas práticas educativas, ao passo que Caimelli e Schmidt (2009) ressaltam o uso de fontes históricas como elemento central para um ensino mais significativo. Carvalho (2012) enfatiza as experiências didáticas vivenciadas nos estágios de regência como fundamentais para a construção da identidade profissional docente. Assim, essas contribuições teóricas oferecem uma base sólida para a formação de professores críticos, reflexivos e conscientes de seu papel social.

Um dos aspectos mais marcantes desta experiência foi a realização do estágio em uma escola inserida em território quilombola, o que proporcionou contato direto com uma realidade sociocultural específica, marcada por forte identidade histórica e cultural afro-brasileira. Essa vivência ampliou a compreensão sobre a importância de uma educação contextualizada e sensível às realida-

des locais. Outro elemento singular foi a adoção da metodologia de aulas-oficina, centrada no protagonismo discente e no uso de fontes históricas como recurso didático. A possibilidade de planejar, aplicar e avaliar dez aulas-oficina em diferentes turmas do ensino fundamental permitiu experimentar estratégias pedagógicas diversificadas, favorecendo uma postura investigativa e reflexiva sobre a prática docente.

O Estágio Supervisionado em História foi realizado em uma Escola de Ensino Fundamental anos finais, situada na comunidade remanescente de Quilombo Arapucu, no município de Óbidos, oeste do Pará. Desenvolvido nos meses de novembro e dezembro de 2025, o estágio possibilitou a observação, o planejamento e a execução de práticas pedagógicas no contexto escolar. Fundada em 1958, a instituição atende estudantes da própria comunidade e de localidades próximas, desenvolvendo suas ações educativas com base nos princípios da Educação Escolar quilombola. Esse modelo visa oferecer um ensino ampliado e adaptado à complexidade que caracteriza cada nível de escolaridade, considerando as necessidades e especificidades da comunidade quilombola.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no

funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (DCNEB, 2013, p.425).

4 A Lei 10.639/2003, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 9 de janeiro de 2003, complementa essa necessidade ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Essa legislação representa uma conquista significativa do movimento negro, que há décadas reivindica o reconhecimento e a valorização da história dos negros e descendentes de africanos, além do respeito à diversidade cultural no sistema educacional. A implementação dessa lei não apenas busca incluir temas historicamente marginalizados, mas também promove uma educação que respeite a pluralidade das identidades presentes no Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, tanto as Diretrizes Curriculares quanto a Lei 10.639/2003 se articulam no esforço de garantir uma educação inclusiva e de qualidade que valorize a identidade e a cultura das comunidades quilombolas.

A Lei 10.639/2003, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), representou uma decisão política com profundas repercussões na formação de professores e na educação brasileira, dada a sua significativa diversidade cultural. Essa legislação visa fortalecer a identidade

e promover a igualdade, assegurando ao povo negro uma pedagogia voltada à valorização de sua história. Necessária para impulsionar uma nova postura de sistemas de ensino e educadores em relação à história e cultura afro-brasileira, a lei combate séculos de desumanização, exploração e negação cultural, onde a imagem do negro era sistematicamente inferiorizada. Assim, a Lei 10.639/2003 se consolidou como um instrumento fundamental para a incorporação da diversidade étnico-racial no currículo escolar. Nesse processo a lei estabeleceu que:

Art.26. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e cultura Afro brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileira.

Art.79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (BRASIL, 2003, arts. 26 e 79-B).

Ao considerar os artigos da Lei 10.639/2003, é revelado aspectos importantes sobre a educação no Brasil, especialmente em relação à temática afro-brasileira. O artigo 26, que se acrescenta à Lei 9.394/1996, estabelece a inclusão de novos conteúdos e incentiva uma reflexão sobre as relações ét-

nico-raciais, sociais e pedagógicas. Esse enfoque é crucial para promover uma educação que valorize a diversidade cultural, permitindo que as instituições escolares desenvolvam projetos pedagógicos que considerem a História da África e dos Africanos. Além disso, o artigo 79-B institui o Dia Nacional da Consciência Negra, a ser reconhecido e celebrado em todas as instituições de Educação Básica. A escolha do dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, reforça a importância dessa comemoração como um momento de reflexão sobre a contribuição dos negros para a sociedade brasileira e os desafios persistentes em relação à igualdade racial.

5

Isto posto, a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, tornou-se obrigatório no currículo da Educação Básica o estudo da história e cultura afro-brasileira como temática interdisciplinar, a ser abordada nas disciplinas de educação artística, literatura e história do Brasil, além de incluir discussões relevantes sobre as relações étnico-raciais. Espera-se que essa lei seja efetivamente cumprida, promovendo o desenvolvimento de uma nova proposta curricular que combata o racismo e valorize a diversidade cultural, assim como reconheça a contribuição da cultura afro-brasileira na história do Brasil.

Isto posto, a abordagem interdisciplinar permite uma integração eficaz dos conteúdos curriculares, promovendo uma educação mais contextualizada e significati-

va para os alunos. Além disso, o modelo busca fortalecer a identidade cultural e a consciência crítica dos estudantes, preparando-os para atuar de forma consciente e responsável em sua comunidade.

Em consonância com as normatizações do Projeto Político Pedagógico da Escola em questão, as aulas-oficina foram desenvolvidas nas turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental anos finais, no turno vespertino, e foram estruturadas com base na proposta que prioriza que os planos de aula devem ser organizados com enfoque nas instrumentalizações a desenvolver, e não nos conteúdos a dar. Ao conduzirmos, a aula oficina nos permitiu maior interação com os estudantes por meio das abordagens do conteúdo, das atividades práticas e criativas, mantendo a ordem, a flexibilidade, a escuta ativa, a empatia e a reflexão na sala de aula de história, isso é fundamental para a prática docente. Pois de acordo com Isabel Barca (2004):

Os planos de aula são naturalmente integrados em planos mais abrangentes, os planos anuais, de período ou de unidade, e todos eles, para serem coerentes com as propostas curriculares atuais, precisam de ser organizados com um enfoque nas instrumentalizações a desenvolver e não nos conteúdos a dar. Por conseguinte, também os planos de médio prazo deveriam ser orientados na perspectiva de instrumentalizações a privilegiar e não na da unidade didática, que configura um enfoque nos conteúdos (Barca, 2004, p.132).

Esse contexto educacional é fortemente orientado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e

pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Assim, a escola busca integrar saberes tradicionais e conteúdos curriculares, promovendo uma educação que valoriza a diversidade cultural e a identidade da comunidade. A localização geográfica, às margens do lago Arapucu e próxima ao rio Amazonas, influencia diretamente o modo de vida da população, suas práticas culturais e suas formas de organização social. Esse cenário reforça a necessidade de um ensino de História conectado ao território e às experiências dos estudantes.

6 A experiência do estágio foi profundamente marcada pela interação com diferentes sujeitos da comunidade escolar: estudantes do ensino fundamental; professores regentes e equipe pedagógica; comunidade quilombola local. Os estudantes demonstraram grande interesse pelas atividades que dialogavam com sua realidade e identidade cultural. Esse envolvimento evidenciou a importância de metodologias participativas e contextualizadas. Os professores orientadores e supervisores tiveram papel fundamental ao oferecer suporte, orientação e feedback constante, contribuindo para o aprimoramento das práticas pedagógicas desenvolvidas. Já a comunidade quilombola, mesmo de forma indireta, esteve presente nas práticas pedagógicas por meio dos conteúdos abordados, das memórias locais e da valorização da cultura afro-brasileira.

Esse contato reforçou a compreensão de que a escola é um espaço coletivo, profundamente conectado ao território e à comunidade.

Durante o estágio foram planejadas e aplicadas dez aulas-oficina distribuídas entre as turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. As ações pedagógicas tiveram como eixo central a História e Cultura Afro-Brasileira, articulando conteúdos nacionais, regionais e locais. Entre os temas trabalhados destacam-se: Moradias quilombolas: história, cultura e resistência; Dia da Consciência Negra; Hábitos alimentares no Brasil colonial; História e cultura dos cabelos africanos; Economia colonial e tráfico negreiro; Forte Pauxis e Quartel de Óbidos; Lei 10.639/2003; Cabanagem e história local. As metodologias utilizadas incluíram: leitura compartilhada; análise de fontes históricas (imagens e textos); produção artística (pintura e colagem); elaboração de mapas mentais; rodas de conversa; produção de podcast. Essas estratégias favoreceram a participação ativa dos estudantes, o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção coletiva do conhecimento.

As ações desenvolvidas foram motivadas por três principais fundamentos: A necessidade de articular o ensino de História à realidade sociocultural dos estudantes; A obrigatoriedade legal e pedagógica de trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira de forma interdisciplinar; A perspectiva da aula-ofi-

cina, que prioriza o desenvolvimento de habilidades e instrumentalizações em detrimento da mera transmissão de conteúdos. Esses elementos orientaram a construção de propostas que buscavam tornar o ensino mais significativo, participativo e contextualizado.

A experiência gerou impactos em diferentes níveis. Para nós estagiárias, obteve o fortalecimento da identidade profissional, desenvolvimento de habilidades de planejamento e regência, maior segurança para conduzir aulas, e a compreensão da importância da reflexão crítica sobre a prática docente. Para a escola gerou a contribuição com novas metodologias e recursos didáticos, fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas à educação quilombola e a ampliação de atividades interativas nas aulas de História. Para os estudantes gerou maior engajamento nas aulas, valorização da identidade cultural e desenvolvimento de habilidades de análise histórica, e estratégias para formação docente.

O estágio representou um momento decisivo para a formação como professora de História. A vivência prática permitiu compreender que o ensino vai além da transmissão de conteúdos, exigindo sensibilidade, planejamento, escuta e adaptação constante. A experiência evidenciou que o professor deve atuar como mediador do conhecimento, promovendo aprendizagens significativas e valorizando a diversidade cultural dos estudantes. Além disso, reforçou a

importância da pesquisa, da reflexão crítica e da inovação pedagógica como elementos fundamentais da prática docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências vivenciadas ao longo do Estágio Supervisionado em História evidenciam que a formação docente se constrói de maneira significativa quando articulada à realidade concreta da escola e da comunidade. A inserção em um contexto quilombola revelou a necessidade de um ensino comprometido com a valorização das identidades culturais, com o respeito às especificidades locais e com a promoção de uma educação antirracista, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Lei 10.639/2003. Nesse sentido, o ensino de História assume um papel social fundamental, ao possibilitar a problematização das desigualdades históricas e a valorização das contribuições da população negra na formação da sociedade brasileira.

A adoção da metodologia de aulas-oficina mostrou-se especialmente relevante, pois favoreceu o protagonismo dos estudantes, o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção coletiva do conhecimento histórico. Ao utilizar fontes históricas diversificadas e propor atividades dinâmicas, foi possível romper com práticas tradicionais centradas na memorização, aproximando o ensino da realidade dos alunos e tornando-o mais significativo. Essa perspectiva reforça a importância de metodologias

ativas no ensino de História, capazes de estimular a investigação, a análise e a reflexão. Além disso, o estágio possibilitou compreender a escola como um espaço de interação social e cultural, profundamente conectado à comunidade em que está inserida. A relação entre escola e comunidade quilombola evidenciou que o processo educativo deve ir além dos muros escolares, incorporando saberes locais e promovendo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Essa integração contribui para a construção de uma educação mais inclusiva, contextualizada e socialmente comprometida.

No âmbito da formação docente, a experiência reforçou a importância da reflexão crítica sobre a prática pedagógica, do planejamento consciente e da capacidade de adaptação às diferentes realidades educacionais. O estágio, portanto, não se limita à aplicação de conteúdos, mas configura-se como um espaço de construção da identidade profissional, no qual o futuro professor desenvolve competências pedagógicas, investigativas e socioemocionais essenciais para o exercício da docência. Dessa forma, concluímos que o Estágio Supervisionado em História é um componente fundamental para a formação de professores comprometidos com uma educação crítica, democrática e transformadora. Ao integrar teoria e prática, valorizar a diversidade cultural e adotar metodologias participativas, contribui para a formação de educadores capazes de atuar

de forma consciente e responsável, promovendo aprendizagens significativas e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa. Planejamento docente na aula de história: princípios e procedimentos teórico-metodológicos. *Revista Metáfora Educacional*, Feira de Santana, BA, n. [s/n], p. 3-28, jun. 2013.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In: *Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica*. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004. p. 131-144.

BRASIL. *Lei nº 10.639/2003*: altera a lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Brasília. 2004.

BRASIL/MEC. *Secretaria de Educação Básica*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CAINELLI, Marlene & SCHMIDT, Maria

Auxiliadora. As fontes históricas e o ensino de história. *In: Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.p. 89-110.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Estágios de Regência: experiências didáticas na formação de professores. *In: Os Estágios nos cursos de Licenciatura*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.